

ÍNDICE

PARTE I — DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I — Fundamentos e Formação Histórica do Direito do Trabalho. Tendências Atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização e Garantias Mínimas	43
1. Introdução	43
2. O trabalho na Antiguidade	45
2.1. <i>Locatio conductio: rei, operis e operarum</i> no mundo romano	45
3. Idade Média	47
4. O regime liberal	49
5. Consequências da Revolução Industrial responsáveis pelo aparecimento do Direito do Trabalho	51
5.1. Sumário da evolução histórica do Direito do Trabalho	54
6. Evolução histórica do Direito do Trabalho no Brasil	55
6.1. O Direito do Trabalho à luz das Constituições brasileiras	56
7. Tendências atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização e garantias mínimas	67
7.1. Introdução	67
7.2. Flexibilização. Momento histórico. Tipos	69
7.2.1. Flexibilização e desregulamentação heterônoma. Flexibilização autônoma	69
7.2.2. Desregulamentação e o trabalho da mulher	70
CAPÍTULO II — Direito do Trabalho: Denominação. Conceito. Características. Divisão. Natureza Jurídica. Função. Relação com Outras Disciplinas. Autonomia	72
CAPÍTULO III — Fontes do Direito do Trabalho. Conceito. Classificação e Hierarquia. Conflitos e suas Soluções	81
1. Conceito	81
2. Classificação	81
2.1. Fontes formais	82
3. A lei como principal fonte formal	83
3.1. Classificação das leis	84
a) Quanto à hierarquia	84
b) Natureza	86

c) Forma técnica	86
d) Força obrigatória	86
3.2. Fontes formais de origem estatal	86
3.3. Eficácia da lei. Cessação, Revogação, Derrogação e ab-rogação	88
3.4. Fontes internacionais	89
3.4.1. Efetividade das normas internacionais	92
3.5. Ordem jurídica comunitária	94
4. Sentença normativa	96
5. Convenções coletivas e acordos coletivos como fontes formais de origem profissional ou autônomas. A recusa do sindicato profissional na celebração de acordo coletivo e a interferência da Justiça do Trabalho	96
5.1. Eficácia no tempo das vantagens inseridas em acordos e convenções coletivas. Ultratividade da norma coletiva	97
5.2. Conflito entre acordo e convenção coletiva	98
6. Contrato individual de trabalho. Conflito entre contrato e norma coletiva (convenção ou acordo coletivo)	99
7. Regulamento interno de empresa	99
8. Laudos arbitrais	100
9. Hierarquia das fontes. Conflitos e soluções	101

CAPÍTULO IV — A Hermenêutica. Interpretação. Integração. Aplicação do Direito do Trabalho. Métodos Básicos de Exegese. Origem. Conceito. Objeto. Regras

1. Interpretação do Direito do Trabalho	106
1.1. Conceito e fundamentos	106
1.2. Sistemas e escolas de interpretação	107
1.3. Classificação da interpretação. Métodos básicos de exegese	111
2. Integração	114
2.1. Introdução	114
2.2. Autointegração	116
2.2.1. Analogia e interpretação extensiva	118
2.2.2. A analogia em face de dispositivos especiais	118
2.2.3. A analogia e os dispositivos de exceção	119
2.3. Heterointegração	122
2.3.1. Jurisprudência	122
2.3.2. Doutrina	125
2.3.3. Equidade	127
2.3.4. A equidade no direito positivo	127
2.3.5. Direito comparado	128
2.3.6. Costumes. Diferença entre usos e costumes. Elementos do direito consuetudinário. Classificação	130
2.4. Princípios	131

3. Aplicação do Direito do Trabalho	131
3.1. Aplicação do Direito do Trabalho no tempo. Direito adquirido e direito consumado	131
3.2. Aplicação do Direito do Trabalho no espaço	133

CAPÍTULO V — Princípios do Direito do Trabalho. Princípios Constitucionais do Direito do Trabalho. Distinção entre Princípio e Norma 136

1. Princípios gerais do Direito	136
1.1. Princípios gerais do Direito. Implicações no Direito do Trabalho	136
2. Princípios constitucionais	137
3. Distinção entre princípio e norma. Conflito. Princípio da proporcionalidade	137
4. Princípios peculiares do Direito do Trabalho	141

CAPÍTULO VI — Renúncia e Transação. Comissões de Conciliação Prévia 154

1. Renúncia	154
1.1. Conceito e elementos	154
1.2. Irrenunciabilidade e conteúdo da norma	155
1.3. Renúncia expressa e tácita	156
1.4. Momento da renúncia	157
1.5. Renúncia e norma coletiva	158
2. Transação	160
2.1. Conceito e natureza jurídica	160
2.2. Transação e a Constituição da República de 1988	160
2.2.1. Transação. Limites. Cláusulas de convenção coletiva. Nulidade	161
2.3. Transação. Quitação pelo objeto do pedido e extinto contrato de trabalho feita em juízo. Diferença entre conciliação e transação	162
2.4. Transação e órgãos públicos	164
2.5. Transação extrajudicial. Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Efeitos	164
2.6. Conclusão	165
3. Comissões de Conciliação Prévia	165

CAPÍTULO VII — Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Estrutura da Relação Empregatícia. Elementos Componentes. Natureza Jurídica. Relações de Trabalho *Lato Sensu*: Trabalho Autônomo, Eventual, Avulso, Portuário. Lei n. 8.630/1993. Estágio. Cooperativas de Mão de Obra. Contratos de Trabalho por Equipe 172

1. Relação de trabalho e relação de emprego	172
2. O trabalho autônomo	173
3. O trabalho eventual	173
4. O trabalho avulso	174
4.1. O trabalho portuário desenvolvido pelo avulso	175
4.2. Primeiros direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores portuários avulsos	175
4.3. Atividades de movimentação de mercadoria em geral e trabalho avulso	176

5. Estágio de estudantes	177
5.1. Definição, classificação e relações de estágio	177
5.2. Jornada de atividades realizadas em estágio. Duração do estágio. Bolsa de estudo. Transporte. Estagiário e período de recesso	178
5.3. Da fiscalização	179
5.4. Das disposições gerais	180
5.5. Estagiário. Subscritor do recurso	181
5.6. Residência médica	181
6. Cooperativas de mão de obra	182
7. Contratos de trabalho por equipe	183

CAPÍTULO VIII — Contrato de Trabalho: Denominação, Conceito, Classificação, Caracteres. Natureza Jurídica. Requisitos. Elementos Integrantes 185

1. Denominação	185
2. Conceito	185
3. Classificação	186
4. Caracteres do contrato de trabalho	186
5. Natureza jurídica	189
6. Morfologia do contrato. Requisitos. Elementos	192
6.1. Requisitos do contrato de trabalho	192
6.2. Elementos	192
6.2.1. Capacidade do trabalhador em geral	192
6.2.2. Licitude do objeto. Cambista de jogo de bicho	194
6.2.2.1. Rinhas de galo. Vendedores de rifa	196
6.2.3. Consentimento	197
6.2.4. Causa lícita	199
6.2.5. Legitimação. Ilegalidade da permanência de estrangeiro no país. Contratos que exigem formação específica	199
6.2.6. Elementos acidentais: termo e condição. Cláusula de não concorrência	200
6.2.7. Cláusulas de condições recíprocas. Curso ou bolsa de estudo custeados pelo empregador	204
7. Sujeitos do contrato de trabalho	204
8. Prova do contrato de trabalho	204

CAPÍTULO IX — Empregado. Conceito. Caracterização (Pressupostos). Altos Empregados: Exercentes de Cargo de Confiança e Trabalhadores Intelectuais. Coexistência da Condição de Empregado com a de Sócio. Mãe social. Índio. Aprendiz. Empregado a Domicílio. Tele-trabalhador. Empregado Doméstico 207

1. Conceito e caracterização	207
2. Altos empregados	213

2.1. Empregado ocupante de cargo de confiança	214
2.1.1. Conceito	214
2.2. Diretor de S/A	216
3. Consequências práticas da qualificação jurídica	218
4. Ocupantes de cargo de confiança específica	219
5. Trabalhadores intelectuais	221
5.1. A extensão da legislação trabalhista aos intelectuais	221
5.2. Conceito	222
5.3. Subordinação jurídica	223
5.3.1. Redimensionamento do Direito do Trabalho	223
5.3.2. A insuficiência da subordinação objetiva e a necessidade do “direito residual de controle”	224
5.3.3. A importância da autonomia da vontade	226
5.4. O trabalho parassubordinado	227
5.5. Aspectos considerados pela jurisprudência para enquadrar como empregados determinados trabalhadores intelectuais: Advogado — Médico e dentista — Engenheiro — Jornalista — Artista — Músico — Trabalhos com informática	229
5.6. Conclusão	236
6. Coexistência da condição de sócio com a de empregado. Desconsideração da personalidade jurídica	238
6.1. Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade	240
7. Atleta	241
7.1. Árbitro de futebol	242
7.2. Treinador profissional de futebol	243
8. Mãe social — Mãe crecheira — Pai social	244
9. Relação de emprego entre familiares, entre cônjuges ou pessoas que vivam em regime de união estável	245
10. Índio	246
11. Aprendiz	248
12. Trabalhadores que se situam na chamada “zona grise”	250
13. Trabalhadores a distância	253
13.1. Empregado a domicílio	253
13.1.1. Escorço histórico	253
13.1.2. Setores que se utilizam do trabalho a domicílio	253
13.1.3. Intervenção legislativa	253
13.1.4. Conceito	254
13.1.5. Vantagens e desvantagens do trabalho a domicílio	256
13.1.6. O perfil do trabalhador a domicílio	256
13.1.7. O trabalho a domicílio e a legislação estrangeira. Tendências	257
13.1.8. O trabalho a domicílio no Brasil	257

13.2. O teletrabalho. Novas tecnologias. Novas formas de subordinação jurídica	258
13.2.1. Teletrabalho e trabalho a domicílio	258
13.2.2. Vantagens e desvantagens para a empresa	259
13.2.3. Vantagens e desvantagens para o trabalhador	259
13.2.4. Vantagens para o meio ambiente	260
13.2.5. O enquadramento jurídico do teletrabalhador. Indicadores valiosos para a identificação da subordinação jurídica	260
13.2.6. Alteração contratual	263
13.2.7. Direitos assegurados ao teletrabalhador. Deveres do empregado	263
13.2.8. Riscos para a segurança e saúde dos teletrabalhadores	264
13.2.9. O teletrabalho e a legislação estrangeira. Primeiras manifestações legislativas ..	265
13.2.10. Instrumentos de trabalho	266
13.2.11. Segurança, higiene e saúde no trabalho	266
13.2.12. Deveres secundários	267
13.2.13. Participação e representação coletivas	267
14. Empregado doméstico	267
14.1. Evolução legislativa	267
14.2. Conceito	268
14.3. Pessoa que presta serviços de acompanhamento ou enfermagem no âmbito familiar ou em casa de repouso, em caráter particular	271
14.3.1. Serviço doméstico a pessoas que vivem comunitariamente — República de estudantes	272
14.3.2. Serviços de natureza doméstica a um condomínio	272
14.3.3. Empregada a domicílio	272
14.3.4. Pedreiro que trabalha na construção de residência	273
14.3.5. “Diarista”. Tendência na legislação estrangeira	274
14.3.6. Serviço doméstico acumulado com serviço em atividade lucrativa	278
14.3.7. Acréscimo de atividades	279
14.4. Direitos assegurados ou não ao doméstico	279
14.4.1. Lei n. 5.859, de 1972, e Constituição da República de 1988	279
14.4.2. A licença-maternidade	280
14.4.2.1. Concessão da licença-maternidade — Alteração legal	280
14.4.3. Estabilidade provisória. Doméstica	281
14.4.3.1. Estabilidade provisória e acidente do trabalho	282
14.4.4. Férias	282
14.4.5. Repousos aos domingos e feriados. Doméstica	285
14.4.6. Salário mínimo. Irredutibilidade de salário	286
14.4.7. Uso de uniforme	288
14.4.8. Jornada de trabalho	288
14.4.9. Aviso-prévio	288
14.4.10. FGTS	288

14.4.10.1. Seguro-desemprego	288
14.4.11. Salário-enfermidade relativo aos 15 primeiros dias de afastamento por doença	289
14.5. Justas causas	289
14.6. Contrato de experiência ou de prova. Tendência na legislação estrangeira	290
14.7. Pedido de demissão. Assistência e multa a que se referem os art. 477 e parágrafos da CLT e 467 do mesmo diploma	291
14.8. Responsabilidade civil das agências de empregados domésticos	291
14.9. Sucessão	291
14.10. Direitos sindicais	291
14.11. A representação do empregador doméstico na Justiça do Trabalho	292
14.12. Impenhorabilidade dos bens a que alude a Lei n. 8.009, de 1990, e empregado doméstico	293
14.13. Prescrição e créditos dos empregados domésticos	293
14.14. Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho	293

**CAPÍTULO X — Empregador. Conceito. Caracterização. Empresa e Estabelecimento.
Cartório não Oficializado. Grupo Econômico. Sucessão de Empre-
gadores. Consórcio de Empregadores. Situações de Responsabilização
Empresarial**

1. Conceito legal	294
2. Conceito de empresa e estabelecimento. Natureza jurídica	294
3. Tipos de empregador	296
3.1. Empregador por equiparação	296
3.1.1. Partido político	296
3.2. Edifício de apartamento. Condomínio	297
3.3. Falência e empresas em liquidação	298
3.4. Patrimônio hereditário	299
3.5. Usufruto	299
3.6. Empregador aparente	299
3.7. Agentes políticos. Agentes públicos	299
3.8. Cartório não oficializado	300
4. Subempreitada	302
5. Grupo econômico	304
6. Sucessão de empregadores: conceito, requisitos e natureza jurídica. Sucessão total ou parcial	308
6.1. Sucessão em face do fenômeno da globalização. Posição das partes. Responsabilização	310
7. Pessoa jurídica de direito privado sucedida pela União ou por Estado-membro. Penhora	313
8. Sucessão. Hasta pública. Concessão de serviço público	313
9. Desmembramento de municípios	314
10. Sucessão. Âmbito doméstico	314
11. Sucessão. Provedores da <i>internet</i>	314

12. Sucessão. Transferência de marca	317
13. Sucessão e privatização de empresa	318
14. Sucessão. Suspensão e interrupção contratual	318
15. Sucessão trabalhista. Aquisição de empresa pertencente a grupo econômico. Responsabilidade solidária do sucessor por débitos trabalhistas de empresa não adquirida. Inexistência	318
16. Juros de mora. Empresa em liquidação extrajudicial. Sucessão trabalhista	318

CAPÍTULO XI — Trabalho Rural: Empregador, Empregado e Trabalhador Rural. Normas de Proteção ao Trabalhador Rural

1. O trabalho rural no Brasil. Evolução legislativa	319
2. Conceito	321
2.1. Enquadramento do “boia-fria” e do “turmeiro” ou “gato”	322
2.2. Enquadramento dos motoristas, apontadores, fiscais, tratoristas, pedreiros, empregados de escritório, professoras de escola rural, forneiros, trabalhadores do campo de empresa agroindustrial	323
2.3. Trabalhador de cooperativa agrícola	326
2.4. Cooperado e trabalhador rural	326
2.5. Condomínio rural	328
2.6. Trabalho temporário no meio rural — Lei n. 11.718, de 20.6.2008	328
3. Fenômeno contratual da promiscuidade	329
4. Contratos mistos	329
5. O caráter <i>intuitu personae</i> do contrato de trabalho do rurícola	330
6. Sucessão	331
7. Duração do trabalho	331
7.1. Jornada, horário e intervalos	331
7.2. Horas <i>in itinere</i>	333
8. Férias	333
9. Faltas ao serviço. Compras. Controle de frequência	334
10. Salário <i>in natura</i>	334
11. Equiparação salarial	336
12. Adicional de insalubridade e periculosidade	337
12.1. Exposição a raios solares	338
13. Oscilações climáticas e trabalho rural	338
14. O trabalho rural do menor	339
14.1. Aprendizagem	339
15. Licença-maternidade	340
16. Salário-família	340
17. Despedida de empregado rural implica igualmente despedida de empregados componentes do mesmo núcleo familiar?	341
18. Ação de despejo	342
19. Relação de trabalho controvertida. Rescisão indireta não comprovada e suas consequências	343
20. Aviso-prévio	346

21. Indenização. Limite de 60%	346
22. Indenização e safrista. Contrato coletivo de safra	347
23. Indenização e soma de períodos descontínuos de trabalho	347
24. Programa de Integração Social	349
25. Impenhorabilidade de módulo rural	349
26. Contrato de Experiência	350
27. Prescrição	350

CAPÍTULO XII — Trabalho Temporário. Terceirização no Direito do Trabalho. Terceirização Lícita e Ilícita. Entes Estatais e Terceirização. Responsabilidade na Terceirização. Contrato de Franquia

1. Trabalhador temporário	351
1.1. Escorço histórico	351
1.2. Conceito	353
1.3. Vantagens	353
1.4. Prazo de duração	353
1.5. Cocontratantes	353
1.6. Poder de comando	354
1.7. Direitos assegurados ao trabalhador temporário	354
1.8. Indenização prevista no art. 12 da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e FGTS (Lei n. 8.036, de 1990)	354
1.9. Contrato de trabalho temporário seguido de contrato de experiência	356
1.10. Justa causa	357
1.11. Competência	357
2. Terceirização no Direito do Trabalho	357
2.1. Terceirização lícita e ilícita. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade	357
2.2. Terceirização. Contrato de franquia	362

CAPÍTULO XIII — Trabalho Voluntário e Trabalho Religioso

1. Trabalho voluntário	364
1.1. Introdução	364
1.2. Conceito	364
1.3. Termo de adesão	365
1.4. Ressarcimento de despesas. Auxílio financeiro a jovens egressos de unidades prisionais e a grupos de jovens submetidos a maiores taxas de desemprego. Estímulo ao primeiro emprego	366
1.5. O trabalho voluntário e a Lei n. 10.029, de 20 de outubro de 2000	366
1.6. O trabalho voluntário e a legislação italiana	367
2. Trabalho religioso	368
2.1. Introdução	368
2.2. Natureza da atividade religiosa	368
2.3. Serviços de natureza religiosa prestados ao ente a que pertence o religioso. Impossibilidade de constituir objeto de um contrato de trabalho	370

2.4. Serviço não religioso prestado por sacerdotes ou freiras ao ente a que pertencem ..	372
2.5. Nova tendência doutrinária e jurisprudencial sobre o trabalho religioso prestado em favor de terceiro na Itália	375
2.6. Sacristães, organistas e campanários	376
2.7. Colportor	377

CAPÍTULO XIV — Modalidades de Contrato de Emprego. Tipos de Contrato a Termo. Contrato de Experiência e Período de Experiência. Contrato de Emprego e Contratos Afins. Diferença entre Contrato de Trabalho e Prestação de Serviços. Empreitada, Mandato, Representação Comercial, Sociedade e Parceria. Pré-Contrato. Responsabilidade Pré-Contratual

1. Introdução	381
2. Contrato de experiência	383
2.1. Contrato de experiência e período de experiência	383
2.2. Conceito	383
2.3. Natureza jurídica	384
2.4. Forma. Tendência na legislação estrangeira	384
2.5. Classificação e prazo	385
2.6. Equívoco na contagem do prazo	386
2.7. Objeto	386
2.8. Contrato de experiência que sucede a um contrato temporário	387
2.9. Prorrogação	388
2.10. Renovação	389
2.11. Necessidade ou não de expor as razões pelas quais não prosseguiu o contrato	389
2.12. Contrato de experiência e empregado rural	389
2.13. Contrato de experiência e empregado doméstico. Tendência na legislação estrangeira ...	390
2.14. Contrato de Experiência. Consórcio de empresas	390
2.15. Contrato de experiência e doença no seu curso	391
2.16. Contrato de experiência e estabilidade provisória	391
2.17. Cessação do contrato de experiência e direitos assegurados ao empregado	392
3. Contrato de safra	393
4. Contrato de trabalho temporário	394
5. Contrato de trabalho do atleta profissional do futebol	395
5.1. O atleta profissional e as leis trabalhistas	395
6. Contrato de trabalho do artista	396
7. Contrato por obra certa	397
8. Técnico estrangeiro	397
9. Contrato por prazo determinado instituído por convenções e acordos coletivos	397
9.1. Admissão sob a égide da Lei n. 9.601, de 21 de janeiro de 1998	397
9.2. Limite fixado para contratação sob essa modalidade de contrato a termo	398

9.3. Direitos assegurados	398
9.4. Empresas com preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito	400
9.5. Violação aos preceitos contidos na Lei n. 9.601, de 1998	400
10. Contratos com cláusula de duração mínima	400
11. Contrato de emprego e contratos afins. Diferença entre contrato de trabalho e prestação de serviços, empreitada, mandato, representação comercial, sociedade e parceria	401
11.1. Contrato de prestação de serviços	401
11.2. Empreitada	402
11.3. Mandato	403
11.4. Representação comercial	404
11.5. Contrato de sociedade	406
11.6. Parceria rural	407
12. Pré-contrato. Responsabilidade pré-contratual. Conceito. Elementos. Natureza jurídica. Fundamentos. Efeitos no contrato de trabalho	407
12.1. Conceito. Elementos	407
12.2. Natureza da responsabilidade pré-contratual	409
12.3. Fundamento da responsabilidade pré-contratual	409
12.3.1. Pré-contrato e contrato preliminar	409
12.4. Efeitos no Direito do Trabalho. Perdas e danos. Pré-contratação de horas extras. Ilegalidade. Ilegitimidade	410

CAPÍTULO XV — Formas de Invalidade do Contrato de Emprego. Nulidades Total e Parcial. Trabalho Ilícito e Trabalho Proibido. Efeitos da Declaração de Nulidade. Contrato de Trabalho Prostitucional na Alemanha. Trabalho Forçado

411

CAPÍTULO XVI — Contrato de Emprego do Servidor Público: Princípios de Direito Administrativo, Tipos de Servidores, Estabilidade, Contratação por Prazo Determinado

418

1. Princípios do direito administrativo	418
2. A característica de ampliação crescente do Direito do Trabalho e o servidor público	419
3. Administração Pública e servidores de seu quadro. Concurso. Contratação irregular. Empregados de empresa pública e sociedade de economia mista. Aposentadoria e continuidade da prestação de serviços. Necessidade de novo concurso?	420
3.1. Mudança de regime jurídico de celetista para estatutário. Limites à execução	424
4. A terceirização e os órgãos da administração	425
5. Acumulação de cargos	427
5.1. Policial militar. Reconhecimento de vínculo empregatício	427
6. Cargos em comissão	427
7. Alteração de jornada. Servidor público	428
8. Regimes jurídicos diversos. Equiparação salarial	428
9. Estabilidade assegurada no art. 41 da Constituição da República de 1988	429

10. Estabilidade provisória e leis eleitorais	430
11. Assistência a que alude o art. 477 da CLT e multa do art. 8º do referido preceito legal	431
12. Legislação federal aplicável aos servidores públicos dos Estados e Municípios	431
13. Agente Comunitário da Saúde e combate às endemias	432

CAPÍTULO XVII — Trabalho do Menor. Conceito de Criança e Adolescente. Efeitos da Contratação. Normas de Proteção. Limites. Estagiário e Aprendiz. Conselhos Tutelares	433
1. Introdução	433
2. Fundamentos da tutela especial	434
3. Evolução legislativa	434
4. O trabalho do menor e a ação internacional. Tendência	436
4.1. A concentração de trabalhadores menores no Brasil	438
5. O trabalho do menor à luz das Constituições brasileiras	439
5.1. Eficácia do contrato de trabalho do menor em face da lei vigente à época de sua admissão no emprego	440
6. Destinatários das normas trabalhistas constantes do Capítulo IV, do Título III da CLT ..	440
7. A capacidade laboral. Distinção entre criança e adolescente	441
8. Contratação e desligamento	442
9. Trabalhos proibidos. Fundamentos	443
10. Limites à jornada de trabalho do menor	446
11. Férias e repouso	446
12. Recibos	447
13. Prescrição. Direitos oriundos de sucessão	447
14. O salário do trabalhador rural menor	448
15. Deveres dos responsáveis legais	448
16. Deveres dos empregadores	448
17. O contrato de aprendizagem	449
17.1. Evolução histórica. Conceito de contrato de aprendizagem. Requisitos de validade. Distinção entre aprendiz e estagiário	449
17.2. Duração	451
17.3. Natureza jurídica	452
17.4. Obrigatoriedade de contratação de aprendizes	452
17.5. Locais destinados a ministrar o aprendizado	452
17.6. Restrições ao contrato de trabalho do aprendiz	454
17.7. Salário, jornada e FGTS em face das inovações introduzidas pela Lei n. 10.097, de 2000	454
17.8. Cessação do contrato de aprendizagem. Justa causa	455
18. Aspectos processuais relacionados com o trabalho do menor	455
19. Trabalho educativo	456
20. Conselho tutelar: composição e atribuições. Natureza do vínculo estabelecido com o conselheiro	456

CAPÍTULO XVIII — Os Poderes do Empregador no Contrato de Emprego: Poder Diretivo, Função de Controle, Revista, Controle por Instrumentos visuais e de polígrafo. Regulamentar, etc. Poder de Fiscalização e Disciplinar. Efeitos do Contrato de Emprego: Direitos, Deveres e Obrigações das Partes. Direitos da Personalidade: Direito à Integridade Física, Direito à Integridade Intelectual (Invenções do Empregado, Efeitos Conexos do Contrato) e Direito à Integridade Moral. Indenizações por Dano Material, Moral e Estético. Dano Coletivo	458
1. O fenômeno social e as primeiras manifestações de poder	458
2. Conceito de poder hierárquico	459
3. Crítica ao chamado poder hierárquico	459
3.1. Poder diretivo. Poder disciplinar. Poder regulamentar e poder de fiscalização	459
4. Conceito e fundamentos do poder diretivo	460
4.1. Titular do poder diretivo. Natureza jurídica e limites. Hipóteses de desobediência legítima. Ordem sobre a conduta extralaboral	460
4.2. Funções diretivas	462
4.3. A revista como função de controle	463
4.3.1. A revista em face da lei, da jurisprudência e da doutrina	463
4.3.2. Situações que justificam a revista. Meios e cautelas que deverão ser utilizados para reduzir os seus efeitos	464
4.3.3. Âmbito de realização da revista. Limites	465
4.3.4. Revista que pressupõe inspeção direta sobre o corpo do empregado. Exigência de que o empregado se desnude. Violação ao direito à intimidade	466
4.3.5. Revistas em objetos do empregado, veículo ou em espaços a ele reservados	468
4.3.6. O procedimento das revistas na legislação estrangeira: Itália. Espanha. França. China. Argentina. Canadá	469
4.4. Fiscalização por instrumentos visuais	471
4.5. Controle exercido por meio de polígrafo	472
4.6. Controle das comunicações do empregado no local de trabalho. O <i>e-mail</i>	475
5. O poder disciplinar	479
5.1. Conceito de poder disciplinar. Tipos de sanção	480
5.2. Fundamento. Novas posições	481
5.3. Natureza jurídica do poder disciplinar	481
5.4. Dosagem da pena	482
5.5. Norma regulamentar. Sindicância interna	483
6. Deveres do empregado	483
6.1. Conteúdo e limites do dever de obediência	483
6.2. Dever de diligência	486
6.3. Dever de fidelidade	487
7. Direitos dos empregados. Deveres do empregador	487
8. Direitos fundamentais, direitos humanos e direitos da personalidade	488
8.1. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais. Limites	488

8.2. Princípios	489
8.3. A internacionalização dos direitos humanos	489
8.4. Direitos fundamentais do trabalho sob o prisma da ação internacional	490
8.5. Direitos fundamentais à luz da Constituição da República de 1988. Eficácia mediata e imediata dos direitos fundamentais	491
9. Direitos da personalidade	493
9.1. Direito à integridade física do trabalhador	494
9.2. Direito à integridade intelectual do empregado. Direitos conexos	494
9.2.1. Introdução	494
9.2.2. Proteção aos direitos conexos	497
9.2.2.1. Direito de arena	497
9.2.3. Autor empregado. Direitos autorais	499
9.2.4. Invenções do empregado	500
9.2.4.1. Tratamento legal	500
9.2.4.2. Conceito	501
9.2.4.3. Invenções dos empregados. Cultivares	501
9.3. Direito à integridade moral — lesão à imagem e à honra	503
9.3.1. Direito à integridade moral. Lesão ao direito à intimidade. Revista abusiva ..	506
9.3.2. Restrição ao uso de banheiro	508
9.3.3. Submissão do empregado a exames para investigação do vírus HIV e de anticorpos de Hepatite B	508
9.4. Liberdade de pensamento, crença religiosa, convicção filosófica, política ou sindical	509
9.5. Conclusão	510
10. Dano material, dano patrimonial e dano moral	510
10.1. Introdução	510
10.2. Conceito de dano moral	512
10.3. Cumulação de danos morais com danos materiais e estéticos	513
10.4. Natureza jurídica	514
10.5. Dano moral e competência da Justiça do Trabalho	514
10.6. Prova	515
10.7. Responsabilidade pré-contratual, contratual e pós-contratual	515
10.8. A compensação por danos morais. Parâmetros para fixação de valor	517
11. Dano coletivo	519
 CAPÍTULO XIX — Duração do Trabalho. Jornada de Trabalho	522
1. Escorço histórico	522
2. Fundamentos e objetivos	522
3. Jornada e horário	523
3.1. Trabalho extraordinário. Necessidade imperiosa	523
a) Força maior	523

b) Recuperação do tempo perdido em decorrência de força maior	524
c) Serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos manifestos ao empregador	524
3.2. Trabalho extraordinário não previsto nas hipóteses de necessidade imperiosa	525
3.3. Horas extras. Conceito. Natureza jurídica. Horas extras habituais e incorporação à remuneração	525
3.4. Cálculo das horas extras. Comissionista. Salário fixo. Salário variável e salário misto ..	526
3.5. Horas extras. Supressão. Indenização	526
3.6. Minutos que antecedem ou sucedem a jornada	527
3.7. Tempo utilizado para troca de uniforme, lanche, higiene pessoal e ginástica	527
3.8. Participação em cursos e treinamento	528
3.9. Horas <i>in itinere</i>	528
4. Sobreaviso. Portadores de bipe, celulares e outros aparelhos semelhantes	531
5. Horas extras em condições insalubres e perigosas. Acordo de compensação de horas nesses locais	532
6. Jornada em turno ininterrupto de revezamento. Intervalo. Empregado horista	532
6.1. Ferroviários submetidos a escalas variadas com alternância de turnos. Aplicação do art. 7º, XIV, da Constituição da República de 1988	533
7. Jornada em regime de tempo parcial	533
8. Compensação. Consequências na hipótese de descaracterização do regime	534
8.1. Banco de horas	535
8.2. Regime de 12 x 36 horas de trabalho. Regime de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra (semana espanhola). Semana inglesa. Aplicação de 40 horas semanais com divisor 200 para cálculo do salário-hora do empregado mensalista	535
9. Empregados excluídos do direito a horas extras. Art. 62 da CLT. Cargos de confiança e serviços externos incompatíveis com fixação de horário	536
9.1. Horas extras. Empregado que reside no local de trabalho	537
10. Intervalo entre dois turnos (interjornada) ou para refeição (intrajornada)	538
10.1. Consequências legais em caso de desrespeito aos intervalos	540
10.2. Pausas e descansos. Digitadores, mineiros e trabalhadores em câmaras frigoríficas	541
11. Trabalho noturno no meio urbano e no meio rural	542
11.1. Cálculo do adicional noturno	543
11.2. Consequências nefastas advindas do trabalho noturno	543
11.3. Convenção n. 171 da OIT sobre trabalho noturno	545
11.3.1. Introdução	545
11.3.2. Campo de aplicação	545
11.3.3. Conceito de trabalho noturno	545
11.3.4. Medidas de proteção ao trabalhador noturno	545
11.3.5. Tutela conferida à trabalhadora noturna no ciclo gravídico-puerperal	546
11.3.6. Tratamento especial ao trabalhador noturno	546
11.3.7. Meios de aplicação da Convenção n. 171 da OIT	547

12. Obrigatoriedade de manter controle de horário	547
12.1. Prova da hora extra	547
13. Jornadas especiais do trabalho	548
a) Advogado	548
a.1) Dedicção exclusiva	549
b) Artista	550
c) Atleta	551
d) Bancário	552
d.1) Bancários excluídos das regras especiais. Função de confiança	554
d.2) Empregados de financeiras, bancos regionais, corretoras, distribuidoras de valores e empresa de processamento de dados que prestam serviço a banco	556
d.3) Empregados de cooperativas de crédito e administradoras de cartão de crédito	556
e) Digitador	558
e.1) Introdução	558
e.2) Enquadramento	558
e.3) Intervalo e jornada	558
f) Ferroviário	559
g) Jornalista	563
h) Mineiro	563
i) Professor	564
i.1) Participação em reuniões, permanência na sala de aula ou outro local aguardando pais de alunos, após o expediente ou durante os intervalos	565
i.2) Intervalo entre aulas, conhecido como “janela”	566
j) Telefonista	566
CAPÍTULO XX — Repouso Semanal Remunerado e Férias	570
1. Repouso Semanal Remunerado	570
1.1. Escorço histórico	570
1.2. Fundamentos	570
1.2.1. Conceito. Características. Natureza jurídica	571
1.3. O repouso semanal à luz da CLT e da Lei n. 605, de 1949	571
1.4. Destinatários da Lei n. 605, de 1949	572
1.5. Empregada doméstica e o instituto do repouso	572
1.6. O repouso semanal remunerado do professor	573
1.7. Repouso semanal em empresas, cujas atividades, caracteristicamente, desenvolvem-se em fins de semana	573
1.8. Requisitos para aquisição do repouso	574
1.9. Remuneração do repouso. Critérios de cálculo	575
1.9.1. Trabalho realizado aos domingos sem folga compensatória	576

1.10. Derrogações ou exceções ao repouso aos domingos	576
1.10.1. Derrogações permanentes ao repouso aos domingos e feriados	576
1.10.1.1. O funcionamento dos supermercados aos domingos	577
1.10.1.2. Empresas autorizadas a funcionar aos domingos e escalas de revezamento ..	578
1.10.2. Derrogações transitórias aos repouso	579
1.11. Violação aos preceitos contidos na legislação pertinente ao repouso semanal e em feriados	580
2. Férias	580
2.1. Escorço histórico	580
2.2. Conceito	581
2.3. Fundamentos	581
2.4. Natureza jurídica	581
2.5. Tratamento legal	582
2.6. Do direito a férias. Duração e concessão	582
2.7. Férias e empregado menor	583
2.8. Ausências que não afetam o período aquisitivo de férias	583
2.8.1. Ausências que afetam o período aquisitivo de férias	584
2.9. Remuneração das férias e seu pagamento	584
2.10. Férias e cessação, dissolução ou terminação do contrato de trabalho	585
2.11. Férias-prêmio	586
2.12. Férias e Convenção n. 132 da OIT	586
2.13. Férias coletivas	588

CAPÍTULO XXI — Remuneração e Salário. Conceito. Distinções. Caracteres e Classificação do Salário. Diferença entre Salário e Indenização. Composição do Salário. Modalidades de Salário. Componentes da Remuneração

1. Introdução	590
2. Conceito. Distinção entre salário e remuneração. Efeitos práticos	591
3. Natureza jurídica do salário	592
4. Diferença entre salário e indenização	593
5. Caracteres do salário	593
6. Componentes	594
7. Salário <i>in natura</i> e utilidades não salariais	594
8. Utilidades não salariais	595
9. Utilidade fornecida por meio de comodato	600
10. O fornecimento do salário <i>in natura</i> em face da suspensão e da interrupção do contrato	600
11. Comissões	601
11.1. Conceito. Distinção entre comissões e percentagens. Natureza jurídica das comissões ...	601
11.2. Nascimento do direito às comissões	602
11.3. Inexecução do negócio por vontade do cliente ou do empregador. Cancelamento de vendas	603

11.4. Comissões. Vendas por meio de licitação	603
11.5. Comissões e exclusividade de zona. Comissões e cessação da relação de emprego	603
11.6. Vendas à prestação. Exigibilidade das comissões	604
11.7. Insolvência do comprador	605
11.8. Cláusula <i>star del credere</i>	605
11.9. Lastro ou fiança	606
11.10. Comissões. Repercussão na remuneração para os efeitos legais. Horas extras	606
11.11. Pagamento das comissões	607
11.12. Acumulação de funções	607
11.13. Alteração contratual e empregado comissionista	607
11.14. Equiparação salarial e empregado comissionista	608
12. Gratificação	608
12.1. Origem etimológica. Evolução do conceito. Critérios adotados para aferição do ajuste tácito	608
12.2. Classificação	610
12.3. Natureza jurídica. Efeitos da gratificação no contrato de trabalho	610
12.4. Gratificação concedida pelo empregador após preenchimento de certas condições	610
12.5. Gratificação natalina ou 13 ^o salário	611
12.5.1. Destinatários	611
12.5.2. Época e valor do pagamento	611
12.5.3. Adiantamento. Dedução da primeira parcela. URV. Lei n. 8.880, de 1994 ..	612
12.5.4. Ausências	612
12.5.5. Cessação do contrato de trabalho	612
13. Diárias	614
13.1. Conceito. Classificação. Natureza jurídica. Distinção entre diárias e ajuda de custo ...	614
14. Abonos	615
15. Prêmios	615
15.1. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Diferença entre prêmio, participação nos lucros e gratificação	615
16. “Bicho”	616
17. Gueltas	616
18. Luvas	617
19. <i>Stock options</i>	618
20. Gorjeta	618
20.1. Conceito. Classificação. Natureza jurídica. Efeitos práticos	618
21. Direito de arena	620
22. Adicional de insalubridade	621
22.1. Destinatários	621
22.2. Conceito	621
22.3. Base de incidência do adicional de insalubridade	622
22.4. O adicional de insalubridade como componente da remuneração do empregado ..	623

22.5. Adicional de insalubridade devido a empregado sujeito a mais de um agente agressivo .	623
22.6. Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI)	624
22.7. Adicional de insalubridade. Óleos minerais. Sentido do termo “manipulação”	624
22.8. Pedido de adicional de insalubridade. Agente nocivo diverso do apontado na petição inicial	624
22.9. Legitimidade do sindicato para atuar como substituto processual	625
23. Adicional de periculosidade	625
23.1. Destinatários	625
23.2. Conceito. Base de incidência	625
23.3. Incidência na remuneração do empregado	627
23.4. Não cumulação do adicional de insalubridade com o de periculosidade	628
23.5. Inserção em folha	628
23.6. Postulação em juízo	628
24. Adicionais de horas extras, noturnos e de transferência	628
25. Quebra de caixa	628
26. Participação nos lucros	629
26.1. Escorço histórico	629
26.2. Conceito e natureza jurídica	629
26.3. Fundamentos	630
26.4. Objeções à participação nos lucros	630
26.5. Participação nos lucros e regulamentação por meio de medidas provisórias	631
26.6. A participação nos lucros à luz da Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000	633
26.7. Questões práticas alusivas à participação nos lucros	634
27. Ajuda de custo	635
27.1. Natureza jurídica. Conceito	635
28. Verba de representação	636
29. Salário-família	637
30. Cessão do salário	637
31. Classificação do salário	638
31.1. Escorço histórico	638
31.2. Conceito. Estipulação. Garantia	639
31.3. Outras classificações de salário	640
CAPÍTULO XXII — Formas e Meios de Pagamento do Salário. Proteção ao Salário	645
1. Formas e meios de pagamento do salário	645
2. Proteção ao salário ou garantias salariais	646
2.1. Medidas de proteção ao salário contra abusos do empregador. O <i>truck-system</i>	646
2.2. Medidas de proteção ao salário contra os credores do empregador	653
2.3. Medidas de proteção ao salário contra familiares do empregado	653
2.4. Medidas de proteção ao salário contra credores do empregado	653

CAPÍTULO XXIII — Equiparação Salarial. O Princípio da Igualdade de Salário.	
Desvio de Função	655
1. Introdução	655
2. Identidade de função	656
3. Mesmo empregador	657
3.1. Empresas do mesmo grupo econômico	657
4. Equiparação Salarial. Sucessão. Trabalho temporário. Terceirização. Cessão	658
5. Regimes jurídicos diversos	659
6. Espaço físico como requisito necessário à isonomia	659
7. O Trabalho de igual valor e a contemporaneidade no exercício das funções. Vacância de cargo	660
7.1. Equiparação salarial e jornadas distintas	661
8. Equiparação salarial a empregados ocupantes de cargo de confiança ou executantes de trabalhos intelectuais ou artísticos	661
9. Maior formação teórica do paradigma. Profissões que exigem habilitação técnica	663
10. O tempo de serviço como requisito necessário à isonomia. Soma de períodos descontínuos ..	663
11. O quadro de carreira como obstáculo à equiparação salarial. Enquadramento. Reclasseificação. Desvio de função	665
12. Readaptação como obstáculo à isonomia	666
13. Isonomia advinda de sentença judicial. Vantagens pessoais	666
14. A indicação do paradigma	666
15. A equiparação entre brasileiros e estrangeiros	667
16. A equiparação salarial e o rural	667
17. Cessão de empregados	668
18. Ônus da prova	668
19. Prescrição	669
20. Súmula n. 6	669
CAPÍTULO XXIV — Alteração do Contrato de Emprego. Alteração Unilateral e Bilateral. Transferência de Local de Trabalho. Remoção. Reversão. Promoção e Rebaixamento. Alteração de Horário de Trabalho. Redução de Remuneração. <i>Jus Variandi</i>	671
1. Das alterações do contrato individual de trabalho e do pré-contrato	671
2. As alterações voluntárias e <i>jus variandi</i> . Qualificação profissional	672
2.1. Alteração qualitativa: modificação na função do empregado. Acúmulo de função. <i>Jus variandi</i>	673
2.1.1. Acumulação de funções e o empregado radialista	675
2.2. Alteração qualitativa imperativa (obrigatória)	677
3. Alteração quantitativa do contrato (salário)	678
4. Alteração do local de trabalho	680
5. Alteração na jornada e no turno de trabalho. <i>Jus variandi</i>	682
6. Prescrição	684
7. Consequências	684

CAPÍTULO XXV — Interrupção e Suspensão do Contrato: Conceito, Caracterização, Distinções. Tipificação. Situações Controvertidas. Anistia. 685

1. Fundamentos	685
2. Traços comuns entre a interrupção e a suspensão do contrato	685
3. Conceito. Caracterização. Traços distintivos entre interrupção e suspensão do contrato ...	686
4. Classificação	687
4.1. Hipóteses de interrupção contratual	687
4.2. Hipóteses de suspensão contratual. Situações controvertidas	692
5. Efeitos	697
6. Fluência dos contratos a termo em face da suspensão e da interrupção do contrato	698
7. Anistia	698

CAPÍTULO XXVI — Resolução pelo Inadimplemento das Obrigações do Contrato. Justa Causa. Rescisão Indireta. Assédio Moral e Assédio Sexual . 701

1. Justa Causa	702
1.1. Conceito e requisitos	702
1.2. Circunstâncias que devem ser sopesadas na análise da justa causa	705
1.3. Elenco taxativo das justas causas. Espécies	705
1.4. Justas causas específicas	718
1.5. Natureza jurídica da despedida por justa causa	720
1.6. Atos faltosos praticados pelo empregador. Despedida indireta	720
1.7. Prova da justa causa	728
1.8. Conseqüências caso não seja comprovada a falta ensejadora da rescisão indireta ...	729
1.9. Permanência do empregado no trabalho e pleito de rescisão indireta	730
2. Assédio moral. Justa causa. Rescisão indireta	730
2.1. Introdução	730
2.1.1. O assédio moral. Terminologia. Primeiras manifestações	732
2.2. Conceito	732
2.3. Comportamentos configuradores do assédio moral	733
2.4. Elementos do conceito	734
2.5. Perfil do assediador	736
2.5.1. Efeitos	738
2.6. O assédio moral na legislação e na doutrina estrangeiras	738
2.7. O assédio moral no Brasil	740
2.8. A dificuldade da prova	743
2.9. Conclusão	743
3. O assédio sexual. Justa causa. Rescisão indireta	743
3.1. Introdução	743
3.2. Conceito. Manifestações. Necessidade de repúdio	747
3.3. Legislação sobre a temática. Responsabilidade	748

3.4. Enquadramento da falta	749
3.5. Ônus da prova do assédio sexual	751

CAPÍTULO XXVII — Obrigações Decorrentes da Cessação do Contrato. Aviso-prévio.

Multa	753
1. Dissolução ou terminação do contrato	753
2. Aviso-prévio	754
2.1. Escorço histórico	754
2.2. Conceito e natureza jurídica	755
2.3. Finalidade	755
2.4. Presunção gerada pelo aviso-prévio concedido	755
2.5. Duração do aviso-prévio	755
2.6. Retratação	756
2.7. Dissolução do contrato	756
2.8. Estabilidade provisória	757
2.9. Aviso-prévio e sua projeção no tempo de serviço. Indenização adicional	758
2.10. Aviso-prévio indenizado. Prazo de pagamento das verbas rescisórias	759
2.11. Justa causa no curso do aviso-prévio	759
2.12. Doença no curso do pré-aviso	759
2.13. Remuneração do aviso-prévio	760
2.14. Irrenunciabilidade	760
2.15. Aviso-prévio indenizado e contribuição previdenciária	760
2.16. A Lei n. 12.506, de 11 de outubro de 2011	761
2.17. Súmula n. 444 do TST	761
3. Multa em decorrência de atraso no pagamento das verbas rescisórias	761
3.1. Multa e decretação de falência	764
3.2. Multa pelo descumprimento de norma coletiva. Obrigação assegurada em lei	764
3.3. Multa a que se refere o art. 652 da CLT. Penalidades administrativas impostas na forma do art. 114, VII, da Constituição vigente	764
3.4. Multa estipulada em cláusula penal	765
3.5. Multa na litigância de má-fé	765
3.6. Multa. Pessoa jurídica de direito público	765
4. Quitação. Homologação. Eficácia liberatória	765

CAPÍTULO XXVIII — Estabilidade e Garantias Provisórias de Emprego. Fundamentos. Conceito. Caracterização e Distinções. Formas de Estabilidade. Renúncia à Estabilidade. Homologação. Despedida de Empregado Estável. Efeitos

1. Fundamentos	767
2. Escorço histórico	767
3. Conceito de estabilidade decenária	768
4. Empregados excluídos da estabilidade decenária	768
5. Despedida obstativa da estabilidade	769
6. Natureza jurídica da estabilidade decenária	770

7. Dissolução do contrato. Efeitos. Reintegração e readmissão. Indenização. Renúncia à estabilidade decenária	770
8. Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa à luz da Constituição vigente	772
9. Denúncia da Convenção n. 158 da OIT	772
10. Outras formas de estabilidade	773
11. Garantias ou estabilidades provisórias de emprego	774
11.1. Dirigente sindical	774
11.1.1. Fundamentos da tutela ao dirigente sindical	775
11.1.2. Cargos que ensejam estabilidade. Sindicato sem registro	775
11.1.3. Dirigentes de associação profissional	776
11.1.4. Delegados que dirigem seções instituídas pelo sindicato	777
11.1.5. O registro da candidatura do empregado e a comunicação a que alude o art. 543, § 5º, da CLT. Caracterização da estabilidade provisória	777
11.1.6. Efeitos do afastamento do empregado dirigente sindical	778
11.1.7. Efeitos jurídicos da dissolução contratual do empregado dirigente de sindicato. Inquérito. Antecipação de tutela	778
11.1.8. O registro da candidatura do dirigente sindical no curso do contrato por prazo determinado	779
11.1.9. Empregado eleito dirigente de sindicato que não guarda correspondência com a função por ele exercida na empresa	780
11.2. Representantes de empregados na CIPA. Garantia de emprego. Fundamentos. Empregado representante de empregador na CIPA	781
11.3. Empregada no ciclo gravídico-puerperal	783
11.4. Empregado acidentado. Garantia de emprego. Fundamentos	783
11.5. Diretores de sociedades cooperativas	784
11.6. Estabilidade provisória e membros de Comissão de Conciliação Prévia	785
11.7. Representantes dos empregados no Conselho Curador do FGTS	785
11.8. Representantes dos empregados no Conselho Previdenciário	785
11.9. Estabilidade provisória e leis eleitorais	786
11.10. Estabilidade provisória: empregado transferido, alistando, empregado às vésperas da aposentadoria. Asseguramento em Precedentes Normativos do TST	787
11.11. Estabilidade provisória e entidades que congregam profissionais liberais	788
11.12. Representantes de empregados de que trata o art. 11 da Constituição da República de 1988	788
11.13. Estabilidade provisória e portadores do vírus da AIDS	789
12. Considerações gerais	789
12.1. Estabilidade provisória e extinção da empresa	789
12.2. Estabilidade provisória no curso do aviso-prévio	790
12.3. Estabilidade provisória e contratos determinados. Exceção prevista no § 4º do art. 1º da Lei n. 9.601, de 1998	792
12.4. Estabilidade provisória e renúncia	793

12.5. Aviso-prévio no curso da garantia de emprego	794
12.6. Estabilidade prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição vigente	795
12.7. Estabilidade assegurada no art. 41 da Constituição	796
CAPÍTULO XXIX — O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	797
1. Instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	797
1.1. Primeiro momento histórico da flexibilização	797
1.1.1. Conselho Curador do FGTS	797
2. Constituição do FGTS. Dos depósitos. Natureza jurídica. Impenhorabilidade da conta vinculada	798
2.1. Dos saques	799
2.2. Trabalhador aposentado que continua trabalhando após o benefício previdenciário ..	801
2.3. Rescisão contratual fictícia	802
2.4. FGTS. Partilha de bens	802
3. Interdependência dos dois regimes	803
4. Prescrição	804
5. Expurgos inflacionários. Diferença de multa de 40%. Responsabilidade pelo pagamento	805
6. Atualização	806
7. Opção retroativa do FGTS	806
8. Prova	806
9. FGTS e art. 467 da CLT	806
9.1. Competência	807
10. Dispensa verificada por motivo censurável	808
11. Considerações gerais	808
CAPÍTULO XXX — Prescrição e Decadência	809
1. Introdução	809
2. Conceito de prescrição e decadência. Código Civil de 1916 e de 2002	809
3. Distinção entre prescrição e decadência	810
4. Prescrição, preclusão e preempção	815
5. Início da contagem do prazo prescricional. Abrangência: cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação	815
6. Fundamentos	817
7. Natureza jurídica	817
8. Causas preclusivas da prescrição	818
9. Prescrição e Constituição da República de 1988	822
9.1. Prescrição da pretensão alusiva a institutos jurídicos assegurados na CLT e em legislação ordinária posterior. Prazo	822
9.2. Os prazos prescricionais poderão ser alterados por acordo entre as partes?	823
10. Prescrição e aviso-prévio	823

11. O termo <i>a quo</i> do prazo prescricional	824
12. O termo <i>a quo</i> da prescrição e o prazo a que alude o art. 459 da CLT	825
13. Prescrição total e parcial	825
14. Congelamento e redução de gratificação	826
15. Reenquadramento em plano de cargos. Desvio de função	826
16. Complementação de aposentadoria	826
17. Prescrição do direito de reclamar diferença salarial decorrente de sentença normativa	827
18. Anotação da CTPS para fins de prova junto à Previdência Social. Prescrição	828
19. Prescrição e períodos descontínuos de trabalho	828
20. A prescrição e os atos nulos	828
21. Prescrição e FGTS	828
22. Prescrição e PIS	829
23. Mudança de regime jurídico	829
24. Prescrição e compensação do dano moral	829
25. Prescrição intercorrente	831
26. A prescrição na interrupção e na suspensão do contrato de trabalho	831
27. Prescrição. Doméstico	833
28. Prescrição e créditos trabalhistas do empregado rural	834

CAPÍTULO XXXI — Meio Ambiente do Trabalho. Segurança e Higiene do Trabalho.

O Trabalho da Mulher. Escorço histórico. Restrições ao Trabalho da Mulher. Proteção à Maternidade. Duração da Licença-Maternidade. Discriminação no Contrato de Trabalho

1. Meio ambiente do trabalho. Segurança e higiene do trabalho	838
1.1. Introdução	838
1.2. Conceito de saúde	839
1.3. Regras sobre edificações, iluminação, ventilação e instalações elétricas	840
1.4. Periculosidade. Trabalhos com eletricidade. Trabalhos com inflamáveis e explosivos	841
1.5. Insalubridade	841
1.6. Meio ambiente de trabalho	842
1.7. Ritmo excessivo de trabalho. Regime de revezamento. Trabalho noturno	842
1.8. Esforço físico	845
1.9. Prevenção	845
1.10. Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho — CIPA e SESMT	848
1.11. Sanções administrativas	848
1.12. O dano à pessoa	848
1.13. A defesa do meio ambiente de trabalho	849
2. Trabalho da mulher	854
2.1. Escorço histórico	854
2.2. Primeiras leis sobre o trabalho da mulher no Brasil	855
2.3. Restrições ao trabalho das mulheres	856
2.3.1. Trabalho noturno	856

2.3.2. Trabalho em condições insalubres, perigosas e penosas (nas minerações, em subsolo, pedreiras e obras de construção pública ou particular)	857
2.3.3. Trabalho em horas extras e com peso	858
2.4. Proteção à Maternidade	862
2.4.1. Influência das normas internacionais da OIT sobre a legislação brasileira — Programa Empresa Cidadã (2008)	862
2.4.2. Destinatárias da tutela legal	863
2.4.2.1. Mãe adotiva e a Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002	865
2.4.3. Duração da licença-maternidade	866
2.4.4. Natureza das normas	867
2.4.5. Parto antecipado	867
2.4.6. Estado civil da mulher e nascimento sem vida da criança	867
2.4.7. Falecimento da gestante. Tendência na legislação estrangeira	868
2.4.8. Aborto	869
2.4.9. Amamentação. Tendência	870
2.4.10. Filhos gêmeos. Tendência na legislação estrangeira	871
2.4.11. Mudança de função. Dispensa de horário para submeter-se a consultas médicas	871
2.4.12. Empregos concomitantes	872
2.4.13. Retribuição da licença-maternidade	872
2.4.14. Garantia de emprego à gestante. Destinatárias. Inclusão da empregada doméstica	874
2.4.15. Dispensa injusta de empregada gestante antes do início da licença-maternidade	876
2.4.15.1. Dispensa injusta e não conhecimento da gravidez pela própria empregada	878
2.4.16. Reintegração da empregada gestante	879
2.4.16.1. Ajuizamento da ação após transcorrido total ou parcialmente o período da estabilidade provisória	879
2.4.16.2. Justa causa. Demissão	882
2.4.17. Contratos determinados e empregada gestante	882
2.5. O combate à discriminação	883
2.5.1. Discriminação contra a mulher casada ou trabalhadora grávida	884
2.5.2. Proteção à intimidade da trabalhadora	885
2.6. Revisão sugerida ao Capítulo III, do Título III, da CLT, intitulado “Da Proteção do Trabalho da Mulher”	887
2.7. Penalidades	888
2.8. Conclusão	888
3. Discriminação no contrato de trabalho	888
3.1. Introdução	889

3.2. Conceito	889
3.2.1. Momento da discriminação — Ato da contratação — Curso do contrato e dissolução do ajuste laboral	890
3.3. Razões ensejadoras da discriminação	891
3.4. Discriminação direta, indireta e oculta	893
3.5. Medidas sugeridas para o combate à discriminação. Ações afirmativas	894
3.6. Discriminação por motivo de raça, estado civil e idade	895
3.7. Discriminação por motivo de sexo	898
3.7.1. Introdução	898
3.7.2. A ação internacional e o combate à discriminação contra a mulher	900
3.7.3. Igualdade de remuneração	901
3.7.3.1. Conceito	901
3.7.4. Igualdade de oportunidades e de tratamento. Convenção n. 111 da OIT	907
3.7.4.1. Formação profissional, acesso ao trabalho, manutenção e condições de trabalho	907
3.7.5. Discriminação direta e indireta sob o prisma do direito comunitário	913
3.7.6. O Ano Internacional da Mulher proclamado pelas Nações Unidas	915
3.7.7. A Convenção das Nações Unidas e seu protocolo	919
3.7.8. Estratégias avançadas de Nairobi para o progresso da mulher até o ano 2000. Avanços e recuos	922
3.7.9. Ações afirmativas atribuindo tratamento especial às mulheres	929
3.8. Deficiente físico: novas dimensões da proteção no mercado de trabalho	933
3.9. AIDS no local de trabalho	936
3.9.1. Introdução	936
3.9.2. Características da infecção pelo vírus HIV	938
3.9.3. AIDS e direitos fundamentais	938
3.9.4. Declaração da OMS e da OIT sobre AIDS. Tratamento atribuído aos empre- gados portadores do HIV ou com AIDS	939
3.9.5. Procedimentos e políticas no trabalho sobre HIV/AIDS no Brasil	939
3.9.6. Investigação do HIV/AIDS por ocasião da contratação ou no curso do con- trato. O respeito ao direito à intimidade do trabalhador	940
3.9.7. A efetividade da tutela antidiscriminatória em alguns países	944
3.9.7.1. Exigibilidade do teste em face do exercício de função que implique a possibilidade de contágio	946
3.9.7.2. Informação e educação	947
3.9.7.3. A infecção pelo HIV. Justa causa. Motivo justificado	947
3.9.7.4. A rescisão do contrato e a conseqüente reintegração. Dificuldade de se comprovar o tratamento discriminatório	949
3.9.7.5. Capacidade parcial e incapacidade do soropositivo para o exercício das funções. Readaptação. Ações afirmativas	952
3.9.8. A possibilidade de contágio pelo HIV no trabalho. Precauções	953
4. Discriminação e orientação sexual do empregado	953

PARTE II — DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO I — Direito Coletivo do Trabalho. Definição. Denominação. Fontes e Princípios Jurídicos	959
1. Definição. Denominação. Autonomia	959
2. Evolução histórica	960
3. Direito Sindical no Brasil. Evolução legislativa	963
4. A evolução do Direito Coletivo brasileiro no plano constitucional. Fontes normativas ...	963
5. Direito Coletivo na Constituição da República de 1988	964
CAPÍTULO II — Liberdade Sindical. Convenção n. 87 da OIT. Organização Sindical. Conceito de Categoria. Categoria Diferenciada. Membros da Categoria. Dissociação de Categoria	970
1. Liberdade sindical	970
2. Organização sindical	973
CAPÍTULO III — Entidades Sindicais: Conceito, Natureza Jurídica, Autonomia e Estrutura, Prerrogativas e Limitações. Garantias Sindicais	975
1. Conceito de sindicato	975
2. Natureza jurídica do sindicato no Brasil	975
3. Autonomia sindical	977
4. Prerrogativas sindicais (art. 513 da CLT). Contribuições para entidades sindicais em face da nova redação dada ao art. 114 da Constituição. Competência da Justiça do Trabalho	979
5. Garantias do dirigente sindical	985
6. Comunicação ao empregador do registro da candidatura do empregado	986
7. Registro da candidatura ou aquisição do direito, em face da comunicação da garantia de emprego	986
8. Fixação do número de dirigentes sindicais	986
9. Efeitos do afastamento e da despedida do dirigente sindical sobre o contrato de trabalho ...	987
10. Registro da candidatura do dirigente sindical no curso de contrato determinado	987
11. Estabilidade provisória junto a sindicato de categoria que não guarda correspondência com a função exercida na empresa	988
12. Centrais sindicais	988
CAPÍTULO IV — Negociação Coletiva. Convenção Coletiva	989
1. Negociação coletiva	989
1.1. Negociação coletiva no serviço público	991
2. Convenção coletiva e o art. 7º, VI, da Constituição da República de 1988	993
2.1. Conceito e natureza jurídica da convenção coletiva	993
3. Teorias contratualistas, ecléticas, jurídico-sociais, normativas e mista	994
3.1. Mandato	994
3.2. Teoria da estipulação em favor de terceiros	995

3.3. Teoria da gestão de negócios	996
3.4. Teoria da personalidade moral e fictícia	996
3.5. Teoria do pacto social	997
3.6. Teoria da solidariedade necessária (<i>Rouast</i>)	997
3.7. Teoria da representação legal	997
3.8. Teoria institucional	998
3.9. Teoria normativa de <i>Kelsen</i>	998
3.10. Teoria da lei delegada	998
3.11. Teoria mista	999
4. Convenção coletiva e alteração de preceitos legais	999
5. Convenção coletiva. Categoria diferenciada	999
6. Elaboração, aprovação, efeitos, importância, prorrogação, revisão, denúncia e revogação das convenções coletivas	1000
7. Conteúdo da convenção coletiva	1000
8. Efeitos posteriores. Incorporação das cláusulas no contrato de trabalho	1001
9. Importância da convenção coletiva para o Estado	1001
9.1. Importância da convenção coletiva para o sindicato	1001
9.2. Importância da convenção coletiva como fonte de Direito	1002
10. Prorrogação, revisão, denúncia e revogação	1002
10.1. Revisão	1002
10.2. Revogação	1002
11. Forma e publicidade	1002
12. Substituição processual. Acordo e convenção coletiva	1003
CAPÍTULO V — Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Dissídio Coletivo	1004
1. Conceito	1004
2. Classificação dos dissídios coletivos	1005
3. Conteúdo das sentenças normativas	1005
4. Questões ligadas à interpretação de normas de caráter genérico, enquadramento sindical e disputa intersindical. Conflitos intersindicais, intrassindicais e extrassindicais. Competência da Justiça do Trabalho	1006
5. Partes no dissídio coletivo	1008
6. Instauração da instância. O pressuposto do “comum acordo” introduzido no § 2º do art. 114 da Constituição vigente pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004	1008
7. Extensão da sentença normativa	1013
8. Revisão da sentença normativa	1013
9. Eficácia	1013
10. Natureza jurídica da sentença normativa	1016
11. Ação de cumprimento	1016
12. Dissídio coletivo no serviço público	1017
13. Dissídio coletivo e trabalho doméstico	1017

CAPÍTULO VI — Condutas Antissindiciais	1019
1. Conceito	1019
2. Mecanismos de tutela	1020
3. Os agentes da conduta antissindical	1021
4. Manifestação dos atos antissindiciais	1022
4.1. Competência	1022
5. Prova	1023
6. A conduta antissindical na legislação estrangeira	1024
7. Condutas antissindiciais no Brasil	1025
CAPÍTULO VII — A Greve no Direito Brasileiro	1029
1. Introdução	1029
2. Escorço histórico	1029
2.1. A greve como fato social e como direito	1031
3. Trajetória histórica no Brasil	1032
4. Conceito	1033
4.1. Natureza jurídica	1033
4.2. Modalidades de greve	1033
4.3. Deflagração da greve	1034
4.4. Efeitos no contrato	1035
4.5. Direitos e deveres dos grevistas	1035
5. Greve em atividades essenciais	1035
6. Limites ao direito de greve	1036
7. Responsabilidade pelos atos praticados durante a greve	1039
8. Greve no serviço público	1040

PARTE III — DIREITO COMUNITÁRIO DO TRABALHO

1. Origem e evolução das Comunidades Europeias	1045
2. Nascimento da integração europeia	1046
3. A livre circulação de trabalhadores	1048
4. Os três pilares da União Europeia	1051
5. Princípio da subsidiariedade	1051
6. Estrutura institucional	1051
6.1. O Parlamento	1052
6.2. O Conselho	1052
6.3. A Comissão	1053
6.4. A Corte de Justiça	1054
6.5. O Tribunal de 1 ^a Instância	1055
6.6. Tribunal de Contas	1056
7. Natureza jurídica	1056

8. O ordenamento jurídico comunitário europeu	1057
9. Os aspectos constitucionais	1059
10. Política Social da Comunidade Europeia	1060
11. O Progresso Integracionista na América do Sul	1073
12. Estrutura organizacional	1074
13. Etapas da implantação	1074
14. O Subgrupo 11	1074
15. Harmonização das leis	1074
BIBLIOGRAFIA	1079